

A atual pandemia que assola o mundo, como é notório e sabido, está agravando e escancarando terrivelmente as injustiças e descabros do modelo econômico capitalista e todos os fatos dramáticos que lhe são inerentes – fome, desemprego, miséria, aguçamento das já abissais desigualdades sociais, morticínios etc –, assumindo proporções apocalípticas, o que realça o Dia do Trabalhador (que o governo do Estado Novo reintitulou para “Dia do Trabalho” a fim de conferir à data uma ideia nêutra de celebração cívica e enaltecimento da política governamental de então) em seu significado original, qual seja, o de contestação e de protesto por melhores condições de vida, o que hoje se revela, mais do que nunca, razão imperativa para profundas reflexões acerca da urgência de reafirmarmos as conquistas e direitos trabalhistas históricos, marcos irreversíveis do nosso processo civilizatório, a reclamarem a defesa contínua e intransigente contra os sucessivos retrocessos que vêm sendo promovidos em nosso país.

Além dos esforços para a superação da crise sanitária, mais notadamente no tocante a investimentos em Ciência e Tecnologia, aquisição, produção e distribuição de insumos e materiais para a cobertura vacinal de toda a população etc, a realidade dessa crise exige também um olhar mais atento e sensível da sociedade e, em especial, do Poder Público em suas várias esferas, para valores fundantes e basilares como a solidariedade e a justiça sociais, e, nessa linha, a elaboração e o estabelecimento de um novo arcabouço jurídico e econômico que garanta sistematicamente o aumento e a diversificação das oportunidades de emprego e renda, e restabeleça, fortaleça e proteja as relações de trabalho da atual onda de precarização e desvalorização, que já era decorrência do fenômeno da automação, cada vez mais abrangente, e agora é intensificada pelos desinvestimentos e demais desdobramentos econômicos da pandemia.

Opostamente ao absurdo que se vê aqui no Brasil, em que o governo, de forma selvagem e cruel, corta investimentos básicos e estratégicos a torto e à direita e tenta diminuir os já poucos valores do auxílio-emergencial, e até extingui-lo, os Estados Unidos da América, meca do capitalismo mundial, já estão dando, sem querer, um flagrante exemplo de que o neoliberalismo, que ali tem seu berço, é inviável e insustentável em sua premissa básica. Implementando hoje o que alguns chamam de uma reedição do *New Deal* de Roosevelt, com investimentos da ordem dos trilhões de dólares em setores públicos essenciais, aquele país faz cair por terra, na prática, a falácia da autorregulação espontânea do mercado, demonstrando o quão imprescindíveis são a intervenção e os investimentos do Estado enquanto agente central da regulação e do desenvolvimento econômicos, máxime diante da tarefa de superar as enormes calamidades sociais e econômicas trazidas pela crise pandêmica (demandas que jamais seriam resolvidas pelo setor privado, dada a ganância do grande capital – obviedade que nunca é demais repetir).

Acrescente-se que nossa Constituição da República, no Art. 5º, parágrafo 2º, preceitua, em essência, que a questão dos direitos e garantias fundamentais deve ser tratada sempre numa perspectiva de ampliação, acréscimo e expansão dos mesmos, inadmitindo sua supressão ou redução (princípio da vedação ao retrocesso social e o efeito *cliquet* nos direitos fundamentais).

Que esse Primeiro de Maio, portanto, sirva como motivo de reflexão e de mobilização para reverter, com urgência urgentíssima, o projeto em curso de aniquilação e retirada de direitos e garantias fundamentais, impondo-se com premência a inclusão, na agenda nacional, de uma atuação substancial e efetiva do Estado na retomada e no fortalecimento de políticas públicas de emprego e renda, e de medidas que levem ao resgate dos direitos trabalhistas e à recuperação e ampliação substantivas da malha de proteção social, bem como à concretização dos direitos sociais, tudo em prol do efetivo patrocínio da dignidade humana para além do plano formal, dos diplomas legais e documentos afins.

Enfim, mister se faz buscar sempre a construção de uma sociedade materialmente mais justa, igualitária e democrática (com a derrocada do neoliberalismo, cujo fracasso restou cabalmente demonstrado mundo afora), sendo certo que essa busca passa necessariamente pela defesa e fortalecimento dos direitos sociais e, por conseguinte, pela reformulação humanizada e humanizante do que se convencionou chamar de mundo do trabalho. Viva o Dia do Trabalhador!